

FICHA TÉCNICA

Título original: *Portugal, um novo rumo*

Autor: Diogo Nunes

Capa: Diogo Nunes

Dezembro, 2010 (versão 1.4)



“Portugal, um novo rumo” de Diogo Nunes está protegido por uma licença Creative Commons: Atribuição - Uso Não-Comercial - Proibição de realização de Obras Derivadas 2.5 Portugal

Esta é a hora!
em Mensagem, de Fernando Pessoa

O nosso país precisa de *governo*. Os sucessivos Governos de Portugal têm falhado qualitativamente este objectivo, que é ou deveria ser, o seu principal propósito. Desengane-se quem acha que a responsabilidade é exclusivamente dos Governos portugueses. De facto, a maior parte da responsabilidade é nossa e por duas razões.

Em primeiro lugar, Portugal é um país democrático e como tal o seu Governo é eleito por votação directa da sua população. Se um grupo de pessoas é colocado a gerir o país, é porque a maioria do seu povo assim o quis. Caso a gestão desse Governo se venha a revelar ruínosa, então a responsabilidade é deles e dos votantes que os elegeram.

Em segundo lugar, se a maioria da população conhece esta gestão desastrosa ou se percebe que o líder que elegeu deixou de representar os ideais e valores que defendia em campanha (e pelos quais foi eleito) então cabe à população agir para que o Governo em causa mude o seu comportamento ou seja substituído. Se não o fizer, está a pactuar com ele e é tão culpada quanto ele.

Não esqueçamos que o Governo tem como missão satisfazer os interesses da população que o elegeu e da sociedade portuguesa em geral. Ou seja, *o Governo é uma ferramenta do povo* e não o contrário, como muita gente crê e como ainda mais gente quer fazer crer. Os portugueses confiam no Governo; entregam-lhe o país; entregam-lhe o seu dinheiro. Em contra-partida, esperam que este os sirva e os defenda, com honestidade e responsabilidade. Tal como dizia o escritor Alan Moore: «As pessoas não devem ter medo dos seus governos. Os governos devem ter medo do seu povo.»

A estratégia do actual Governo para resolver as dificuldades do país parece ser ignorá-las. Há quem diga que a ideologia política do actual Governo é o “nacional porreirismo”. O que a caracteriza?

- Se alguém diz alguma coisa contra o Governo, logo vêm dizer que “está tudo bem” e que quem diz o contrário é «pessimista» ou «catastrofista»;
- Se algum caso vem a público e põe a governação em cheque, o Governo vem dizer que “isso foi um caso isolado” e repete que “está tudo bem”;
- Se alguém do estrangeiro diz e demonstra que algo não está bem, o Governo vem dizer que “bom, não estamos tão bem nesse aspecto *mas* há países da Europa que estão muito piores que nós, portanto está tudo bem”.

Ou seja, para o Governo está sempre tudo «porreiro», como diz o nosso primeiro-ministro José Sócrates. Pois estas declarações *porreiras* apenas servem para manipular a opinião pública, para a acalmar, para a *adormecer*, para a domesticar. Dizem-nos para não nos preocuparmos; para não pensarmos no assunto.

É uma pena este Governo achar que os problemas deste país se resolvem apenas por se sorrir para eles. Isto quando admite que há de facto um problema, o que é raro – tão raro quanto o sorriso dos portugueses nos dias que correm. Felizmente, a sociedade portuguesa aos poucos começa a perceber que as coisas não estão tão bem como lhes têm vindo a *contar*; começa a exigir que os problemas sejam reconhecidos e resolvidos; começa a exigir *mudança*.

A mudança de que falo nada tem que ver com a dança PS-PSD, todas as legislaturas, “agora vou eu, a seguir vais tu”. Falo de uma mudança de

comportamentos; uma mudança de pensar e de estar. Só assim, mudaremos as propostas e solucionaremos de vez os nossos problemas.

Luís de Camões dizia com sabedoria nos seus versos: «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades». Pois os tempos mudaram, o próprio primeiro-ministro José Sócrates disse várias vezes que «o mundo mudou». Está na altura de mudar as «vontades».

Está na altura de mudar os factos. Estamos fartos de ser os primeiros dos piores, os últimos dos melhores; fartos de ver os nossos impostos aumentados e esbanjados, enquanto os burlões andam à solta de bolsos cheios; fartos de ir à rua a medo e ver os criminosos a rir-se de nós; fartos que nos chamem caloteiros no estrangeiro; fartos que se compre produtos no exterior, atirando os nossos produtores para o desemprego.

Oh, estamos fartos de tanta coisa!

Chega de adiar, chega de fingir... esta é a hora de agir!

Há quatro áreas que precisam de uma mudança urgente, sendo elas a Justiça, a Economia, a Educação e a própria Sociedade. Começemos por esta última.

Política e Sociedade

Gente que mente a toda a hora, com um descaramento inaudito, não há sistema [político] que resista a esta gente. Nenhum sistema pode ser bem servido com gente desta. Se fosse uma ditadura com esta gente também era uma coisa lamentável; para além de ser ditadura era esta gente. Portanto esta gente é um nojo.

Medina Carreira

Para o bem e para o mal, vivemos numa democracia. Tal como foi dito na citação anterior, a qualidade de um sistema político – como a democracia – depende da qualidade das pessoas envolvidas no tal sistema. Esses intervenientes podem ser divididos em dois grupos: os eleitos (políticos) e os eleitores (população geral).

Actualmente temos cinco grandes partidos e uma quantidade de pequenos partidos e movimentos. Isoladamente, cada um destes últimos não conseguiu ir além dos 1% dos votos nas Legislativas de 2009 (CNE). Alguns destes partidos, especialmente os movimentos, nascem da insatisfação dos eleitores para com as políticas e as visões dos grandes partidos. Nesses partidos, as cores até podem ser diferentes, mais à esquerda ou mais à direita, mas no fundo são todos iguais e querem todos o mesmo: todos lutam avidamente por um quinhão do Estado. As eleições são um embuste, uma burla a toda a sociedade portuguesa. Um embuste, por definição (Wikipédia, Definição de Embuste), é uma “tentativa deliberada de enganar pessoas, levando-as a acreditar ou aceitar algo que o burlão (ou o grupo de pessoas que criou o embuste) sabe que é mentira”. Ora todos nós estamos fartos de saber que as eleições são isso mesmo!

Já estamos habituados a que nas campanhas os políticos venham dizer as coisas mais optimistas e mais eloquentes; habituados a que os políticos prometam tudo em campanha e façam o contrário do prometido depois de eleitos. É assim das autárquicas às legislativas. Tudo não passa de um role de mentiras agradáveis para convencer o maior número de pessoas a votarem neles.

Já estamos habituados a que nas vésperas das campanhas surjam parques, fontes, praças, obras e inaugurações por todo o lado. Tudo não passa de fogo-de-vista, porque o político sabe da memória curta do eleitor e sabe que fazendo obra nos últimos meses de mandato vale muito mais do que fazê-la ao longo do mandato, porque até à eleição o eleitor já se esqueceu. Também sabe que é melhor não concluir completamente estas obras porque assim na próxima eleição pode sempre prometer que se for eleito as vai acabar e o eleitor volta a morder o *isco*.

Já estamos habituados a ver o Estado pedir mais e mais impostos, a “esmifrar” o contribuinte de todas as maneiras possíveis, a dizer que é preciso «aumentar a receita» e a esquecer-se da parte de «diminuir a despesa». Como pode um Governo pedir sacrifícios ao seu povo em nome da regularização das finanças portuguesas

quando este mesmo Governo esbanja o dinheiro desses sacrifícios à frente do nariz dos portugueses.

Os outros países europeus também estão a precisar de reduzir a despesa: na Irlanda o salário do primeiro-ministro foi reduzido em 20% e o dos ministros em 10%, a Itália reduziu a frota automóvel, na Inglaterra os ministros vão passar a andar a pé ou de transportes públicos. Cá o que se fez? Como se não bastasse o Governo ter ao seu serviço 12 motoristas e automóveis de topo (BMW, Audi e afins), o Estado gastou 212 mil euros por apenas seis novos automóveis BMW para o Banco de Portugal; gastou 2,3 milhões em transportes de avião e comboio por ajuste directo (sem concurso público); e gastou 90,8 milhões em gasolina para os seus 29 mil carros (Espada & Alves, 2010). Vergonhoso?

«Em 2006 o gabinete de José Sócrates tinha gasto 219 mil euros em comunicações móveis.» É caso para dizer que o primeiro-ministro falou tanto ao telemóvel que chegou a falar demais e depois teve de mandar destruir as provas do que havia falado (Lusa, Público, 2010). Se estamos assim tão endividados, se estamos assim tão precisados de capitais, expliquem-me porque é que neste ano o primeiro-ministro já gastou «63 mil euros em flores naturais para a sua residência oficial, mais 43 mil do que em 2009.» Mais do que em 2009? Mas não se disse já que o Estado tem de reduzir a despesa?!

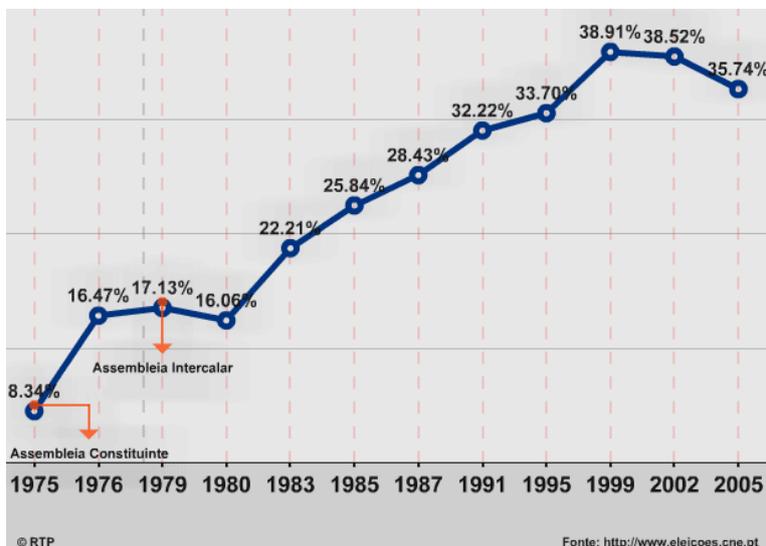
A lista continua e todos estes dados podem ser consultados integralmente num artigo (Espada & Alves, 2010) da revista *Sábado*: os 12,9 milhões em decorações de Natal em 2008 e 2009, os 117 mil euros pagos à loja de brinquedos “Toys ‘R’ Us”, os 331 mil pagos ao Tony Carreira ou os 256 mil pagos ao Quim Barreiros. Sempre que vir a palavra Estado substitua-a por “Contribuinte” ou por “Eu”. Aviso já que não vai ser uma leitura agradável. Podem ainda consultar o site www.transparencia-pt.org onde estão discriminadas, na totalidade espera-se, as várias despesas do Estado.



Enquanto manchetes (Correio da Manhã, Julho/2010) destas proliferarem não vamos a lado nenhum. O “combate ao desperdício” é portanto uma mentira em Portugal. Que moral tem este Governo (e outros) para pedir ou obrigar os portugueses a tantos sacrifícios? «Não é neste tipo de despesas que vamos poupar muito, mas cortar aí mostra uma intenção, assinala Bagão Félix, antigo ministro das Finanças» (Espada & Alves, 2010). Mostra que o Governo está solidário com os portugueses – que também ele vai participar e cortar a sua despesa para não ter de pedir tantos sacrifícios aos contribuintes – o que não é o caso. A única coisa que os governos têm mostrado é que a sua hipocrisia não tem limites, esvaziando os bolsos dos

contribuintes. Dizia D. Maria Pia, nos séculos XVIII e XIX, quando a confrontavam com os exorbitantes gastos da corte, «Quem quer rainhas, paga-as.»

Mas como já estamos habituados a toda esta hipocrisia, falsidade e demagogia já não ligamos. Diz-se que «é mais do mesmo», chamamos-lhes uns quantos “nomes bonitos” e ignoramos o caso. Ao ignorarmos estamos a pactuar com eles. Isto leva-me ao segundo grupo de intervenientes na democracia: os eleitores.



Este gráfico (Valores da abstenção nas Eleições Legislativas desde 1975, 2009) mostra os valores da abstenção portuguesa para as sucessivas votações para a Assembleia da República. Estes dados só vão até 2005, mas consultando o site (CNE) da Comissão Nacional de Eleições sabe-se que em 2009 a taxa de abstenção foi de 40,32%, 1,74% de brancos e 1,35% de nulos, o que dá um total de 43,41% de pessoas discordantes da política actual. Digamos que se todas essas pessoas formassem um partido teriam ganho, pois o PS ganhou as eleições com apenas 36,56%. Este é um facto muito esclarecedor da situação política actual.

Percebe-se facilmente que a abstenção tem subido, desde 1980. As razões podem ser várias e só quem se abstém as saberá com clareza. No entanto, sabemos que a grande maioria não vota porque está desmotivada e descrente. Estas pessoas não vêem em qualquer partido carácter e capacidade para governar correctamente o país; estas pessoas não querem pactuar com a actual situação; estas pessoas estão a votar, não votando, e a sua mensagem é clara: “estamos fartos dos políticos que temos; ou vocês mudam ou não contem connosco para vos ajudar a chegar ao Governo”. É uma atitude compreensível, basta termos em conta a fraqueza de propostas e de carácter da maioria dos líderes partidários e dos seus partidos em geral. O problema da abstenção é que ela não soluciona o problema pois continua a haver um partido eleito pela *minoría* da sociedade.

Outros há ainda que apenas votam nos partidos que lhes parecem “menos maus” porque «se eu não votar metem cá outro que eu não quero.» Depois há os que acreditam cegamente nas promessas, os que tiram à sorte e aqueles que votam alegremente nos seus compinchas porque sabem que é um *investimento* que dará juros mais tarde.

Não me parece que seja viável, a curto prazo, criar outro partido. O tempo que demoraria ao partido a ser conhecido, a atrair pessoas capazes e a tornar-se credível é demasiado para o tempo de que dispomos actualmente. O que é preciso é as pessoas dos partidos actuais mudarem, tornarem-se mais humanas, menos egoístas e mais conhecedoras da realidade; ou então mudar a forma como os deputados são eleitos para a Assembleia em vez de estes serem eleitos internamente pelo partido consoante o seu facciosismo. Apenas como último recurso, é preciso que a Sociedade Civil forme um partido que una todos os movimentos e todos os votos brancos, “descorados”, nulos e não-votos. Se soubéssemos organizar-nos e mobilizar-nos a esse ponto e esse partido fosse criado, uma vitória certa nos esperaria e uma luz de esperança realista brotaria do céu encoberto em que vivemos.

É sabida e noticiada a “crise de valores” que se instalou na sociedade portuguesa. Somos conhecidos como «um povo de brandos costumes». Actualmente, essa “tolerância” característica começa a transformar-se em apatia, em indiferença.

Todos os dias vemos coisas mal feitas que deviam e podiam ser corrigidas. E o que fazemos para as corrigir? Nada. Um olhar para o lado; uma chamada de atenção que não é feita; uma reclamação que não é escrita; tudo isto contribui para que a sociedade apodreça. O *desleixo* e o *desmazelo* imperam.

As pessoas queixam-se que os jovens são infantis, rebeldes, agressivos, violentos, desleixados, desinteressados... enfim, numa única palavra mal-educados. Eu iria mais longe: *não-educados*.

Foi-nos oferecida a liberdade e nós, como sempre que nos é oferecida alguma coisa, fomos longe de mais. Agora confunde-se “liberdade” com “poder fazer o que se quiser”. Liberdade, segundo o dicionário, é o «direito de proceder conforme nos pareça, desde que esse direito não vá contra o direito de outrem». A última parte é especialmente importante: «desde que esse direito *não vá contra o direito de outrem*».

O pai e a mãe desses jovens trabalham cada vez mais e até mais tarde; os filhos saltam da creche para a escola, da casa dos avós para os cuidados da empregada... saltam de depósito em depósito. Onde sobra tempo para conversar, chamar à atenção, apoiar, ensinar... no fundo *educar* as crianças? Educar é uma das principais funções dos pais e é a que mais pais descuidam.

Hoje em dia têm-se filhos porque está na moda; porque é giro ter e mostrar aos amigos e amigas. Muitos não pensam nas consequências e responsabilidades de trazer uma criança ao mundo; não pensam no tempo, paciência e carinho que uma criança precisa para crescer equilibrada. Acham que tudo o que é preciso é nunca a contrariar e satisfazer-lhe sempre os pedidos.

Como é que uma consola de jogos pode educar uma criança? Como que é passar horas em frente da televisão – a ver desenhos animados e sabe-se lá mais o quê – pode educar uma criança? Ali ficam, caladinhas e quietinhas; por momentos é como se não existissem; relaxante não é? Mas a que preço? Um estudo da Academia Americana de Pediatria (Crianças com menos de dois anos de idade devem assistir TV e vídeos educativos?, 2009) aconselha que as crianças com idades inferiores a 4 anos não vejam televisão, caso contrário essas crianças terão tendência a desenvolver um défice de atenção nos próximos anos de vida. O psicólogo Quintino Aires – defensor de uma presença activa por parte dos pais na vida da criança – aconselha que «mais vale

os pais trabalharem menos uma hora todos os dias, deixarem de receber esse tempo em ordenado (é menos um brinquedo que compram), e passarem essa hora em casa com os filhos».

As crianças e os jovens não sabem o que podem ou não fazer. É preciso que alguém os eduque, alguém que recompense o seu bem e reprima o seu mal. Sem os pais a desempenhar este papel, os jovens ficam à solta e adquirem as suas próprias regras. A Escola pode colmatar um pouco esta falha mas é preciso que os pais reconheçam a falha e colaborem activamente com a Escola. Infelizmente nem sempre isso acontece: quando um professor repreende um aluno por mau comportamento logo aparecem os pais à porta da escola prontos a bater no professor, berrando “quem educa o meu filho sou eu!”

Foquei da sociedade este ponto da educação dos jovens porque o considero muito importante para o futuro de Portugal, pois os jovens são, de facto, o futuro. Dizem os sábios: «dai-me a Criança durante os seus primeiros sete anos e eu dar-vos-ei o Homem».

Devemos começar já a (re)educar a juventude, a incutir-lhe a noção de responsabilidade (tanto dos seus gestos como do seu papel na sociedade); o que é correcto fazer e o que não é; explicar-lhe o porquê das coisas; fazê-la pensar e perguntar.

Os jovens são o nosso futuro: se lhes ensinarmos a serem respeitadores, pontuais, curiosos, pensativos; se lhes ensinarmos que deitar lixo para o chão é errado assim como estragar o património dos outros; se os jovens adquirirem bons hábitos e moral; se tudo isso acontecer, teremos uma melhor sociedade e Portugal poderá finalmente evoluir e ficar ao nível dos países mais desenvolvidos.

Educação

Devemos educar os jovens para não ter de punir os adultos.

Frase no exterior de um Tribunal

Se queremos desenvolver-nos e tornar-nos competitivos neste mundo global precisamos de uma educação sólida. Essa Educação tem de abranger *o maior* número de alunos possíveis – que queiram realmente aprender – e prepará-los *o melhor* possível. Só com uma boa – exigente e estimulante – Educação poderemos formar bons – responsáveis e criativos – cidadãos e trabalhadores.

Já estamos acostumados à deslocalização das empresas. Rogamos-lhes pragas por nos despedirem e nos abandonarem, mas “porque se vão elas embora?” Uma pergunta melhor será “porque não vêm elas?”

Os argumentos que explicam a fraca atractividade de Portugal ao investimento estrangeiro (e nacional) são vários. Um deles é: «nós não podemos abrir uma empresa em Portugal porque não há mão-de-obra qualificada.» De facto, eles podem ter razão:

Em 2009, do universo das pessoas com mais de 15 anos (9 milhões de portugueses), 11% não tem qualquer escolaridade e 29% só tem a primária. Desses 9 milhões de portugueses apenas 5,5 milhões faziam parte da “população activa” ou seja estavam aptos a trabalhar. Deste universo de trabalhadores uns meros 15% tinha finalizado o ensino superior (PORDATA, População activa: total e por nível de escolaridade completo, 2010).

População activa: total e por nível de escolaridade completo

Tempo	Indivíduo - Milhares	Indivíduo - Percentagem			
		Nível de escolaridade			
	Total	Nenhum	Básico	Secundário e pós secundário	Superior
	⊖	⊖	⊖	⊖	⊖
⊖1998	5.095,7	9,5	70,7	11,0	8,8
⊖1999	5.136,2	9,8	69,2	11,7	9,3
⊖2000	5.226,4	9,0	69,6	12,0	9,3
⊖2001	5.325,2	8,7	69,3	12,4	9,7
⊖2002	5.407,8	7,9	69,6	12,6	9,9
⊖2003	5.460,3	7,4	68,1	13,2	11,3
⊖2004	5.487,8	6,1	67,2	13,7	13,0
⊖2005	5.544,8	5,7	66,6	14,5	13,2
⊖2006	5.587,3	5,3	65,9	15,2	13,6
⊖2007	5.618,3	5,1	65,7	15,1	14,1
⊖2008	5.624,9	4,8	65,1	15,3	14,8
⊖2009	5.582,7	4,1	63,7	16,8	15,3

Estas estatísticas vêm dar razão aos investidores. Temos muito poucos trabalhadores qualificados e vivemos numa época de mercado aberto em que as

empresas podem escolher livremente qual o país que lhes oferece as melhores condições para o sucesso.

Precisamos de um ensino a sério – que se preocupe menos com estatísticas e a sua imagem no estrangeiro – que forme os portugueses e lhes dê bases sólidas para poderem trabalhar e investigar nas suas empresas ou nas de outrem.

Primeiro. Temos de mostrar aos jovens e à população que estudar compensa; que estudar as enriquece duplamente, porque alcançam melhores empregos e ordenados e porque as torna mais cultas e mais preparadas para as imprevisibilidades da vida. A taxa de abandono escolar tem vindo a descer desde 2002 (PORDATA, Taxa de abandono escolar precoce, 2010) mas em 2009 ainda era de 31%, com mais incidência no sexo masculino. Na opinião de Nuno Crato (EDUCARE.pt, 2006), professor e presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática, «o abandono escolar, atinge uma fracção muito elevada dos jovens e leva muitos futuros adultos a enfrentar a vida sem o mínimo de qualificações necessárias. É um grande problema económico e social que se está a criar.» Temos de manter esta descida e lembrar aos estudantes que «Escola difícil é vida fácil; Escola fácil é vida difícil».

Segundo. É preciso rever a oferta de cursos. Não interessa a sociedade subsidiar e a escola ensinar cursos que não têm saída ou procura profissional. Os últimos dados disponíveis são de 2009 e mostram que o curso menos procurado é o da área de “Ciências, Matemáticas e Informática” com uns miseráveis 7% dos inscritos e o mais procurado é “Ciências sociais, Comércio e Direito” com 32% dos inscritos. Estes dados não deixam de ser preocupantes porque a ciência e a tecnologia são neste momento os principais motores do desenvolvimento da sociedade actual global. Quer isto dizer que temos muito poucas mentes disponíveis para desenvolver tecnologia. Temos de inverter esta tendência, só assim seremos capazes de produzir e inovar para vender no estrangeiro e de lá atrair investimentos.

Terceiro: este é o grande ponto. Temos de reformar, a sério e de uma vez por todas, o ensino público. Isso baseia-se numa simples mudança de prioridades. Considere-se o ensino primário (1º ao 4º ano), o ensino básico (5º ao 9º ano) e o secundário (10º ao 12º ano). O *ensino primário* tem como prioridade ensinar as crianças a ler, falar, escrever e contar. O *ensino básico* tem como prioridade despertar e desenvolver no aluno as suas capacidades inatas¹ bem como dotá-lo de conhecimentos básicos sobre a vida, o país e o mundo. O *ensino secundário* tem como prioridade ser uma preparação para a entrada do estudante no ensino superior; deve aprofundar todos os conhecimentos que serão necessários no seu futuro e dotá-lo de métodos de trabalho à altura das exigências do ensino superior.

Repare-se que em nenhum destes três ensinamentos a prioridade é passar o maior número de alunos, ou subir a média dos exames nacionais, ou melhorar as estatísticas nacionais. Não, já chega de propaganda. Vamos começar a formar realmente os nossos adultos de amanhã, com *qualidade* e *exigência*, para que nenhum português possa dizer na sua vida “quem me dera ter tido um ensino que me tivesse preparado melhor; agora é tarde demais e sinto que fui enganado”.

Os próprios professores já começam a queixar-se da qualidade dos seus alunos. O jornal *i* publicou um artigo (Catulo, 2010) em que uma professora universitária comentava que «regra geral, o nível de preparação dos seus alunos tem vindo a baixar,

¹ Isto é extremamente importante porque no final do 9º ano o aluno já deve ser capaz de saber escolher se quer continuar os estudos no ensino secundário e se sim em que área de estudo ou agrupamento.

defende Isabel Ferreira que dá aulas de Física aos caloiros do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.» Na opinião desta professora

...estamos perante uma consequência de ao longo destes anos os professores do secundário terem sido pressionados a passarem os seus alunos, criando taxas de sucesso artificiais. E no momento de entrarem na universidade, os estudantes trazem consigo todas as suas fraquezas que são mais visíveis no primeiro ano, embora os professores de anos mais avançados já comecem também a fazer as mesmas queixas.

Ainda no mesmo artigo pode ler-se que «baixar os níveis de exigência perante os alunos mais fracos é o pior que se pode fazer, alerta João Gouveia Monteiro, professor de Universidade de Coimbra.» E no entanto isso está a acontecer, inclusive nas universidades. A actual Ministra da Educação, Isabel Alçada, lançou a ideia de “acabar com os chumbos”. Noutro artigo online (Silva E. , 2010) do *Diário de Notícias*, pode ler-se o seguinte comentário – penso que a última frase é elegantemente esclarecedora:

Lucinda Manuela, vice-presidente da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, considera que (...) não se pode comparar a situação portuguesa com a dos países nórdicos, pois são duas realidades diferentes. Se houver um bom acompanhamento dos alunos, no futuro não será preciso terminar com as retenções, *estas deixarão de acontecer.*

E não venham dizer que não há meios ou recursos. Medina Carreira, ex-ministro, escreveu no seu livro (Carreira & Dâmaso, 2009):

Aulas de substituição, quando um professor de matemática é substituído por outro professor da mesma disciplina são óptimas; inglês, se não for tão mal ensinado como o português ou a matemática, será excelente; popularizar as tecnologias depois de se ter aprendido bem o que é essencial, a língua pátria, as contas, a nossa história, a geografia, etc., só merece o meu elogio; a leitura escolar, se bem acompanhada e bem seleccionada, é positiva; a avaliação – depois de assegurados os exames sérios e periódicos dos alunos –, através de instrumentos idóneos, já ensaiados noutros países e experimentados entre nós, é indispensável; a maior permanência nas escolas pode ser vantajosa, tudo dependendo do que ficam a fazer ali e do que iriam fazer fora da escola. A questão é que o Governo lança às toneladas estas medidas sem quaisquer preocupações quanto ao mérito dos resultados. E, (...) todos sabem ser escasso.

Há meios à espera de serem usados convenientemente, há bons professores à espera de serem apoiados e guiados, há bons alunos à espera de serem ensinados e despertados... estamos todos à espera, o país está à espera, o futuro está à espera!

Aqui ficam alguns exemplos para a mudança acontecer no ensino português:

- ✓ **Mais rigor e exigência na escola.** É provável que por uns tempos haja mais alunos a chumbar, menores médias e piores estatísticas, pois o actual ensino português não está habituado a essas duas palavras. Os alunos vão perceber que para passarem às disciplinas vão ter de estudar e de se esforçar e ainda que o mais importante não é a nota final mas sim tudo aquilo que aprenderam para merecer aquela nota. Só assim teremos um ensino credível e proveitoso.

- ✓ **Exames nacionais mais credíveis no ensino secundário (12º ano).** Nos últimos anos temos ouvido professores e alunos dizerem que os exames nacionais são fáceis... demais. Os exames são uma preciosa ferramenta que avalia de forma objectiva cada aluno e dá informação ao governo da qualidade dos alunos. Como dizia uma professora num artigo (Silva I. , 2010) do *Público*: «Se, (...), houver notas “insufladas”, incumprimento do curriculum e facilitismo, então deve fazer-se uma avaliação para perceber quem e o que está a falhar. Os exames nacionais, feitos em anos terminais de ciclo, são muito válidos, (...) orientados pelo Ministério da Educação, que se deve reger pelo princípio da exigência e não por gráficos, pautas e rankings mal calculados». É preciso manter os exames mas redigi-los de forma séria e rigorosa.

- ✓ **Provas globais no ensino básico (7º ao 9º ano).** Temos cerca de onze disciplinas no ensino básico e apenas avaliamos em exame duas delas, Português e Matemática. Então e as outras? Não interessa o aproveitamento nas restantes? Fazer exames nacionais a todas seria impraticável, portanto proponho que se mantenham e alarguem as chamadas “provas globais”. Estas provas² deviam manter-se mas deviam ser feitas no final de todos os anos (7º, 8º e 9º ano), pelo grupo de professores da disciplina, igual para todas as turmas e realizado ao mesmo tempo (como nos exames), com toda a matéria do ano. A prova global devia contar pelo menos 40% da nota final à disciplina e possuir nota mínima, ou seja o aluno teria de obter pelo menos nota positiva para poder passar à disciplina (caso contrário é porque o aluno sabe menos de metade da matéria que foi dada no ano todo e portanto não deve ser passado).

- ✓ **Mais responsabilidade.**
 - i. *Pais* – Os Encarregados de Educação (EE) não devem faltar às reuniões de pais. Os pais devem acompanhar e participar activamente na educação dos filhos, trabalhando em conjunto com a escola.

 - ii. *Alunos* – A boa conduta dos alunos deve ser ensinada (pelos pais e na disciplina de Formação Cívica) e recompensada. O aluno deve ser pontual e concentrado. Os que forem violentos, rudes ou desrespeitadores dentro e fora das aulas devem ser castigados adequadamente.

² A prova global é, resumidamente, um teste no final do ano lectivo feito pelo professor da disciplina com toda a matéria do ano. Esta prova é feita por cada professor de cada disciplina e serve para testar se os alunos aprenderam toda a matéria do ano e ou se apenas estudaram periodicamente de véspera para os outros testes.

- iii. *Professores* – Devem esforçar-se por cumprir na totalidade o programa e ensiná-lo com qualidade; descobrir qual a melhor forma de apresentar os conteúdos sem nunca descuidar o rigor da apresentação; estimular a participação e empenho dos alunos, quer na aula quer em outras actividades; cuidar por serem um exemplo aos olhos dos alunos; etc.

✓ **Ensinar menos, ensinar melhor.**

- i. *Ensinar em menos tempo de aula.* Professores e alunos reconhecem que aulas de 90 minutos são demasiado extensas; se durante os primeiros 60 minutos os alunos ainda estão concentrados e receptivos, nos últimos 30 minutos já olham mais para o relógio do que para o caderno. Reduzem-se as aulas para 60 minutos e aumenta-se a sua frequência na semana. Por exemplo, três aulas de 90 minutos passam a três de 60 minutos e uma de 90 minutos. Não se perde tempo de aula, apenas se torna esse tempo mais eficiente e produtivo.
- ii. *Menos anos obrigatórios.* Começam a surgir indicações que ensinar durante mais anos não tem necessariamente um impacto positivo na formação final do aluno; como e o que se ensina durante esses anos é que é importante. É por isso que países como Espanha, França, Finlândia, entre outros (Santos, 2007), mantêm a escolaridade obrigatória até ao 9º ano. Se a idade mínima para começar a trabalhar é aos 16; se o ensino básico assegura todos os conhecimentos essenciais à formação de um cidadão; se no final do básico o aluno pode escolher qual o agrupamento ou curso profissional que quer seguir; se tudo isto é verdade, porque é que temos (Wong, 2009) de tirar essa liberdade de escolha ao aluno? Quem queria continuar a estudar, já ia fazê-lo sem ser obrigado. Quem tinha intenções de ir trabalhar ou de ter uma educação mais técnica, só pode fazê-lo se o ensino secundário continuar a ser secundário; obrigar estes alunos a manterem-se no ensino mais três anos só vai piorar o seu aproveitamento, além de ser um desperdício de recursos.
- iii. *Ensinar menos disciplinas* para dedicar mais tempo e esforços às disciplinas que realmente interessam à formação dos alunos. Certas disciplinas podem durar apenas um ano em vez dos actuais três; assim reduz-se a carga horária dos alunos e sintetizam-se os programas. Disciplinas como Português, Formação Cívica, Matemática, Estudo Acompanhado, Inglês são disciplinas base essenciais – por esta ordem – a qualquer aluno. Sei que FC e EA são disciplinas um pouco incompreendidas pela maior parte dos portugueses, muito por causa de quem as introduziu e como. Já aqui se falou da falta de educação dos alunos e do seu desprezo em relação à sociedade; a disciplina de FC deve despertar os alunos para a ética e inculcar-lhes valores moralmente aceitáveis e debater questões da actualidade que os desenvolvam enquanto seres pensantes e membros de uma sociedade. Muitos dos alunos que chegam à universidade não trazem métodos de

estudo e pesquisa produtivos; a disciplina de EA ensina aos alunos como estudar; como lidar com a distração; como fazer trabalhos de grupo; como pesquisar, filtrar e sintetizar informação; uma panóplia de conceitos e métodos que lhes serão imprescindíveis enquanto estudarem e mais tarde trabalharem.

De seguida apresento as disciplinas que considero úteis serem leccionadas desde o 5º ao 12º ano. No ensino secundário apenas são apresentadas as disciplinas base (obrigatórias) em todos os agrupamentos. Cada bola ● significa que nesse ano a disciplina respectiva deve ser leccionada.

	5º Ano	6º Ano
Língua Portuguesa	●	●
Matemática	●	●
Formação Cívica		●
Estudo Acompanhado	●	
Língua Estrangeira I	●	●
Música	●	●
Ciências Naturais	●	●
História e Geografia de Portugal	●	●
Desporto	●	●
Educação Visual	●	●

No 5º e 6º ano, os alunos ficariam com 8 disciplinas e Educação Física. Do 7º ao 9º ano, ficariam sempre com apenas 10 disciplinas e Educação Física. A razão porque considero Educação Física à parte das restantes disciplinas é porque não é necessário ao aluno dedicar tempo a estudar ou a fazer trabalhos de casa para esta disciplina, logo a sua existência não representa um desgaste adicional significativo para o aluno.

	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Língua Portuguesa	•	•	•
Matemática	•	•	•
Formação Cívica		•	
Estudo Acompanhado	•		
Língua Estrangeira I	•	•	•
Língua Estrangeira II	•	•	•
Ciências Naturais	•	•	•
Ciências Físico-Químicas	•	•	•
História	•	•	•
Geografia	•	•	•
Educação Visual	•	•	
Área Projecto			•
T.I.C. (computadores)			•
Educação Física	•	•	•

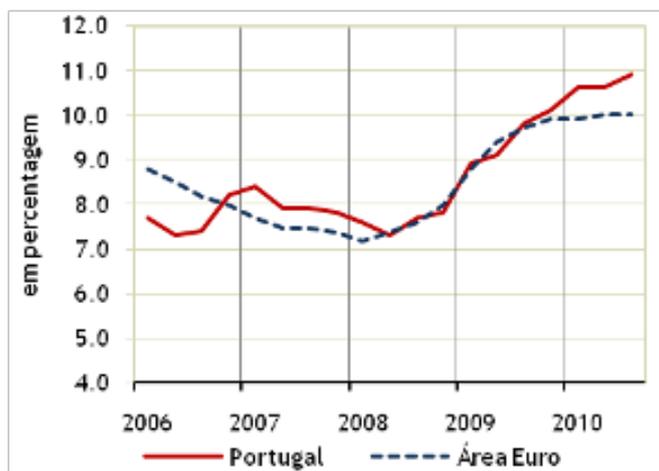
	10º Ano	11º Ano	12º Ano
Português	•	•	•
Língua Estrangeira (I ou II)	•	•	
Filosofia	•	•	
Área Projecto			•
Educação Física	•	•	•

No secundário não haveria alterações, sendo possível aos alunos escolher se querem continuar a primeira língua estrangeira (Inglês) ou a segunda (Francês, Espanhol, etc).

Emprego e Economia

A economia significa o poder de repelir o supérfluo no presente, com o fim de assegurar um bem futuro.

Thomas W. Atkinson



Este gráfico (Taxa de desemprego) mostra a tracejado o valor médio do desemprego na Zona Euro e a vermelho o desemprego em Portugal. Desde os finais de 2006 que temos uma taxa de desemprego igual ou superior à média europeia. O ano presente é 2010 e a taxa já atingiu os 10,6% e prevê-se que o ano termine com uma taxa de 11%. Estes dados não são pessimismo, são realismo; estes dados não foram obtidos de nenhum discurso do primeiro-ministro, mas do Banco de Portugal.

No capítulo anterior falou-se da importância da Educação para o futuro de Portugal. Fernando Pessoa escreveu sabiamente num dos seus poemas que «A sorte de um povo depende do estado da sua gramática». Se as medidas já apresentadas ou outras semelhantes já foram aplicadas, então agora já deveremos ter jovens e adultos bem formados (cultos, inteligentes, criativos, participativos, responsáveis, versáteis, etc.). Agora é preciso empregá-los. Aqui podem surgir alguns problemas. Vejamos quais e como os resolver:

- ✓ *Nem todos têm capacidades monetárias ou intelectuais para prosseguirem além do ensino básico.*

Nem todos podem ou querem continuar a estudar após o básico; é por isso que os ensinos seguintes não são obrigatórios. Quem preferir tirar um curso profissional a seguir ao básico pode fazê-lo; quem quiser começar a trabalhar logo depois do básico pode fazê-lo. Desde que estas pessoas não se tornem a maioria, haverá sempre uma quantidade suficiente de empresas a aceitar trabalhadores pouco qualificados. Voltarei a este argumento mais à frente.

- ✓ *Não há empresas ou trabalhos para todos.*

É verdade, as ofertas de emprego não são suficientes para a quantidade de desempregados que temos. É preciso criar mais postos de trabalho, mas como? Se fizemos o nosso “trabalho de casa” na Educação, devemos ter agora trabalhadores mais qualificados e empreendedores: alguns com o que aprenderam poderão criar novas empresas nacionais e a restante maioria será atractiva para empresas estrangeiras que agora vêm em Portugal trabalhadores competentes e eficientes.

Contudo, é preciso bastante mais do que apenas mão-de-obra qualificada para atrair empresas para o nosso país. Na opinião (Carreira & Dâmaso, 2009) do ex-ministro das finanças Medina Carreira,

...os investimentos terão de encontrar em Portugal factores de atracção suficientemente fortes, ou seja, comparativamente mais vantajosos do que os oferecidos por outros países. (...) Se um processo fiscal se arrastar durante dez, quinze ou vinte anos; se a nossa tributação das sociedades for mais pesada que a de outros Estados europeus, ou o IVA mais elevado que o espanhol; se o regime laboral for mais rígido aqui do que além; se as leis tributárias mudam trimestralmente e ninguém pode assegurar quais sejam as soluções daqui a um, cinco ou dez anos; se uma autorização do Ambiente ou de um município para a realização de um investimento tardar três ou quatro anos até à sua obtenção, ainda assim com o pagamento de “luvas”; se for indispensável mão-de-obra industrial com habilitações técnicas sólidas, não havendo escolas que a criem; se, se, se não se oferecer, ágil e seguramente, o que é indispensável para atrair e rentabilizar um investimento, ele não ocorrerá em Portugal.

Resumindo, precisamos de um Portugal mais qualificado, mais fiável, mais transparente e estável nas suas leis, menos corrupto, mais empreendedor.

Aqui ficam algumas propostas para melhorar a Economia e a Empregabilidade portuguesa:

- ✓ **Manter a oferta de empregos menos qualificados.** Temos um desemprego alto e crescente. Grande parte dos desempregados vêm de empresas que faliram ou se deslocalizaram. Normalmente empresas do sector secundário – calçado, vestuário, confecções, peças – e primário – agricultores, pescadores. Não podemos tornar todas essas pessoas engenheiras ou doutoras, nem mudar as suas profissões – uns porque não têm capacidade financeira ou intelectual e outros porque não vão a tempo de o fazer. Nós precisamos destas pessoas, dos seus ofícios e dos bens que produzem. De facto, nós importamos esses bens, mas porquê?! Se temos a mão-de-obra desempregada, se temos os locais de produção inactivos, se temos a necessidade desses bens, porque não sermos nós a produzi-los? Até podem dizer que sai mais barato importar do estrangeiro. Será realmente mais barato comprar produtos no estrangeiro, deixar o nosso dinheiro além-fronteiras, pagar subsídios a todos estes

desempregados e deixar o nosso país mais pobre e mais dependente do exterior? Duvido que esta abordagem seja mais barata ou produtiva do que empregar a maior parte dos desempregados, pondo-os a fazer aquilo que sempre fizeram e bem durante toda a sua vida.

- ✓ **Aumentar a oferta de cursos profissionalizantes.** Aqueles jovens que acabam o ensino básico e querem começar uma profissão devem ter à sua disposição uma vasta gama de cursos profissionais que lhes permitam aprender em alguns anos um ofício.
- ✓ **Precisamos de produzir mais, importamos demasiado.** Se tivermos um espírito empreendedor que crie empresas que produzam os bens que vamos comprar ao estrangeiro, não só vamos diminuir a nossa despesa no estrangeiro como vamos aumentar o número de empregos e o valor comercial de Portugal. Os bens a que me refiro não são de tecnologia de ponta, pelo menos numa primeira fase, refiro-me a bens simples do nosso quotidiano. Um exemplo prático é tomarmos atenção à origem dos nossos produtos e veremos que até o mais básico dos produtos vem do estrangeiro, maioritariamente da China.
- ✓ **Produzir aquilo que comemos.** Depois há os bens primários como a comida. Se repararmos nos supermercados quase tudo vem do estrangeiro. O que é feito do Alentejo, outrora «o celeiro de Portugal»? Está votado ao abandono. Estamos à espera que vire deserto? Estamos à espera que os espanhóis comprem todos os hectares de terra arável? Teremos de continuar a comprar azeite espanhol produzido com azeitonas alentejanas de terrenos portugueses? Os nossos produtores queixam-se que ninguém lhes compra ou que quem lhes compra oferece-lhes preços irrisórios pelos seus produtos para depois serem vendidos várias vezes mais caros. Estes *monopólios* têm de parar de explorar os produtores nacionais. Temos de apoiar os agricultores. Quanto mais produzirmos, mais portugueses empregamos, menos subsídios pagamos e temos um Portugal mais produtivo, satisfeito e saudável.
- ✓ **Produzir hoje, para exportar amanhã.** Ao produzirmos mais, importamos menos. Assim ficamos mais independentes do estrangeiro. Se, por exemplo, a Rússia voltar a ter escassez de cereais (Lusa, Rússia: Proibição da exportação de cereais entra em vigor, 2010) e a aumentar o seu preço, nós não precisaremos de aumentar o preço do pão porque nós temos os nossos próprios cereais. Ao produzirmos mais, criamos mais trabalho e melhores empresas. Ao produzir estamos a aperfeiçoar as técnicas, criamos inovações, crescemos o suficiente para ter empresas sólidas capazes de concorrer internacionalmente e exportar.
- ✓ **Mercado aberto mas justo.** Vivemos na era da globalização, das fronteiras abertas e do livre comércio. Tudo tem as suas vantagens e desvantagens. A principal desvantagem é que agora as empresas podem escolher mão-de-obra muito mais barata que lhes permitem reduzir os custos e assim aumentar os lucros. Todos nós estamos a par das deslocalizações das empresas ou das falências de outras que não aguentam a concorrência asiática.

Uma analogia curiosa é pensar na produção e venda de produtos de uma empresa como um jogo. Todos os jogadores (empresas) têm regras iguais para produzir os bens. Estas regras são os salários e encargos com os trabalhadores, os processos de fabrico, as normas de segurança, etc. Umhas empresas têm mais sucesso que outras, mas como as regras base são iguais para todas, o sucesso é apenas ditado pela relação preço/qualidade dos produtos e pela gestão das empresas.

Com o comércio entre Europa e Ásia, apenas se aumentou o número de jogadores no nosso jogo das empresas. Não há grande problema nisso, apenas haverá mais competição e concorrência mas é sabido que isso costuma trazer vantagens para o consumidor.

O problema está que estes novos jogadores Asiáticos (ex: China) não jogam com as mesmas regras que os jogadores Europeus. Popularmente chama-se a isso batota. Uma vez que os jogadores da Europa têm regras como segurança social, salários, férias, seguros, segurança no trabalho, processos de fabrico ecológicos, etc., os seus produtos terão sempre de incluir estes custos. Já os jogadores da Ásia gozam de excesso de mão-de-obra que a torna barata, por vezes mão-de-obra infantil, pouca segurança no trabalho, nenhuma preocupação ambiental, uso de produtos e técnicas poluentes, etc. Estas *batotas* tornam os seus produtos obviamente mais baratos que os Europeus.

Solução para isto? Europa e Ásia sentarem-se à mesa e definirem regras iguais para todas as empresas (jogadores). Só assim poderão concorrer, de facto, umas com as outras. A dificuldade prende-se em decidir qual o modelo correcto: deveremos começar a empregar crianças ou devemos abolir de vez o trabalho infantil? deveremos dar migalhas aos trabalhadores ou pagar um ordenado que os possa elevar da pobreza? deveremos pedir uma atitude ecológica e sustentável ao mundo enquanto que mais de metade (Wikipédia, População Mundial) polui e lucra com isso? São estas questões que os altos cargos de ambas as partes devem responder e harmonizar.

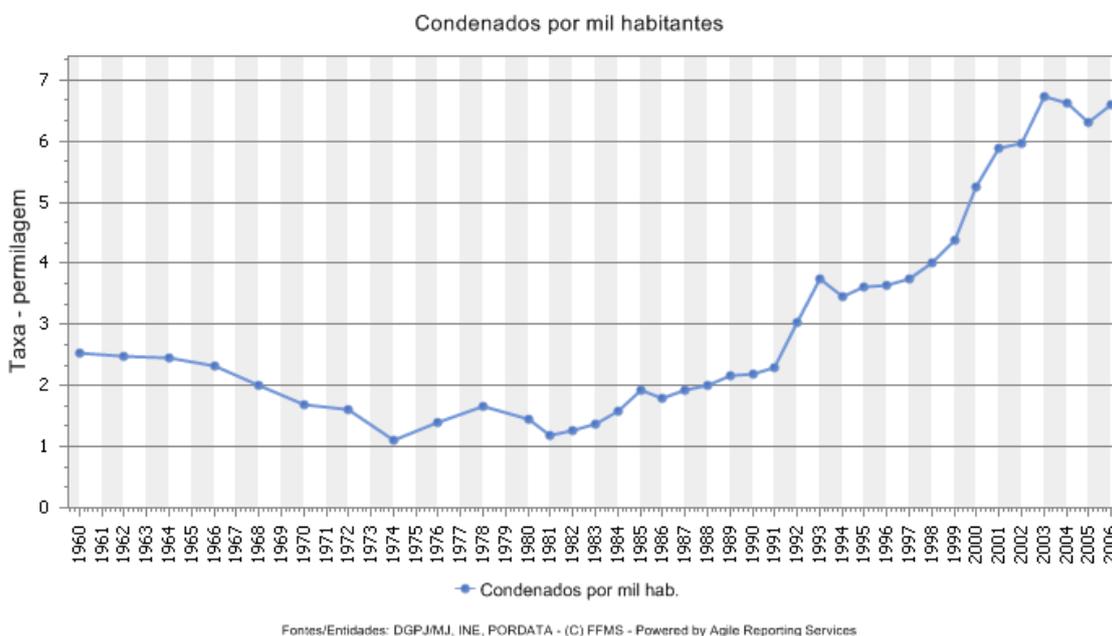
Justiça

*Comece-se por ser bom, dando aos outros o benefício da dúvida.
Depois retribuam-se as boas acções com o bem, mas vinguem-se as más acções.*

Teoria matemática dos jogos

Nos capítulos anteriores educámos a população portuguesa e pusemo-la a trabalhar. Agora temos de decidir o que fazer com os que não cumprem as regras; o que fazer com os criminosos, os negligentes, os corruptos e seus cúmplices.

As estatísticas dizem que nunca tivemos tantos condenados como nestes últimos anos (PORDATA, Condenados por mil habitantes, 2010). No tempo do Estado Novo, de 1960 até 1974, o número de condenados veio sempre a descer. Depois de se o 25 de Abril de 1974 e durante os dezasseis anos seguintes o número manteve-se baixo. O caso muda de figura a partir de 1990; desde esse ano que o número de condenados tem vindo a aumentar. Os dados de que dispunha só iam até 2006, ano em que se atingia um máximo. É de salientar que os dados referem-se a condenados e não a crimes. Todos nós sabemos que apenas uma parte dos crimes são comunicados às autoridades; e dessas queixas apenas uma pequena parte vai para tribunal; e desses processos apenas uma ínfima parte produz uma condenação para o criminoso; portanto é perfeitamente razoável considerar estes números uma pequena janela do retrato global da criminalidade portuguesa.



A taxa de eficácia³ dos tribunais judiciais tem vindo sempre a diminuir (PORDATA, Taxa de eficácia nos tribunais, 2010). Uma das interpretações possíveis é a de que o número de processos terminados é cada vez menor em relação ao número de

³ A taxa de eficácia corresponde ao rácio do volume de processos findos no ano em apreciação sobre a soma do volume de processos entrados nesse mesmo ano e do volume de processos pendentes no início do ano.

processos novos ou pendentes do ano anterior, ou seja cada vez demoramos mais tempo a concluir os processos. Todos nós sabemos que a Justiça portuguesa é exageradamente vagarosa, especialmente quando os processos envolvem figuras ou cargos públicos – esses nem sequer chegam a acabar.

É difícil obter dados objectivos sobre a Justiça portuguesa, porque consoante a fonte são bastante díspares: os dados do Ministério da Administração Interna falam numa descida da criminalidade enquanto nos restantes sites se fala numa subida... desta feita, torna-se difícil apresentar dados fiáveis. A única fonte de informação que considerei plausível foi a PORDATA, porque é independente e vai buscar a maior parte dos dados ao INE (Instituto Nacional de Estatística). Seria desejável a bem da clareza e fiabilidade que estes e outros dados de outras áreas fossem criados e analisados por entidades independentes como o INE, por exemplo. Outro caso caricato é o do Ministério da Educação, em que todos os dados que produzem são adquiridos e analisados por eles próprios, o que pode levantar algumas suspeitas quanto à sua veracidade.

Não obstante, a maioria dos portugueses não necessita de dados numéricos para saber o que se passa porque ele tem de (con)viver com essa realidade. É possível sintetizar num pequeno raciocínio a opinião geral dos portugueses relativamente à Justiça: “Não vale a pena recorrer à Justiça. Vou gastar rios de dinheiro com o meu advogado; vou ficar meses e anos à espera da sentença final; se o culpado ficar impune, vou ser coagido por todos os meios a pagar as custas do processo; se eu ganhar e tiver direito a uma indemnização, o culpado vai dizer que não tem dinheiro (apesar de saber-se que está tudo em nome dos familiares) ... Portanto se recorrer à Justiça, só vou perder dinheiro, tempo e paciência, além de que quando o culpado me vir na rua vai rir-se na minha cara...”

Nós sabemos o que se passa... não os políticos, que pouco ou mesmo *nada* têm feito para contrariar este clima de insegurança. Como podem eles saber o que realmente se passa? Como, se os políticos têm carro com motorista; se vivem em condomínios privados com segurança permanente; se andam nas ruas com guarda-costas atrás; como? Eles não vivem na *mesma* cidade, vila ou aldeia que nós.

Eles não têm uma noção da realidade. Eles não têm noção do que é andar nos transportes públicos, agarradinhos aos nossos pertences; eles não têm noção do que é andar pela rua sozinhos, entregues a nós próprios; eles não têm noção do que é andar armado com simples *palavras* para enfrentar criminosos armados com *pistolas*, como andam os nossos polícias. A realidade dos políticos é demasiado deturpada; é impossível fazerem leis que tornem Portugal mais seguro.

Os políticos não reparam nos violadores, pedófilos, traficantes, ladrões, assaltantes, assassinos, corruptos, burlões, caloteiros e incendiários que andam por aí à solta; nem sabem dos maridos e namoradas que se matam por ciúme, heranças e partilhas ensanguentadas e principalmente dos advogados do diabo que defendem esta gente toda.

Tenho de lembrar o que disse logo no início deste texto: todos nós somos cúmplices desta gentalha; todos nós temos as mãos sujas. O político que faz leis que protegem o gatuno e se esquece do cidadão honesto, é cúmplice desses mesmos gatunos. O cidadão que não reage e que mantém no poder os políticos cúmplices dos gatunos, é também ele cúmplice de toda essa vilanagem. Não queiram ser cúmplices destes sujeitos! “Aldrabão que protege ladrão, não tem qualquer perdão.”

Deixo aqui algumas sugestões para mudar o clima de insegurança e impunidade que se instalou em Portugal, resultado da inacção e desleixo dos nossos políticos:

- ✓ A justiça portuguesa precisa de se tornar **mais célere e menos burocrática**. Só assim poderemos restituir a credibilidade há muito perdida da Justiça; só assim poderemos eliminar de vez o pensamento do “não vale a pena ir a tribunal...”.
- ✓ Por falar em credibilidade, temos de voltar a ter uma justiça **mais cega**, porque a actual parece “ver bem demais”, nomeadamente sabe escolher quem pode ou não ser investigado ou responsabilizado. Qualquer cidadão sabe que os altos cargos, as figuras públicas ou os indivíduos com ligações partidárias, nunca serão acusados e, se forem, o processo nunca terá uma conclusão.
- ✓ A Justiça deve ser mais previsível e **menos subjectiva**; deve ser independente o mais possível do juiz e advogados senão a culpa de um indivíduo deixa de ser consequência da gravidade dos seus crimes e passa a ser uma questão de sorte com o juiz e uma questão de dinheiro com o advogado.
- ✓ Os contratos de arrendamento de casas têm de ser revistos: o senhorio deve poder despejar um caloteiro ao fim de pelo menos duas prestações em atraso; o senhorio deve poder exigir aos inquilinos o pagamento de eventuais danos provocados pelos mesmos à propriedade do senhorio. Sem demoras, sem burocracias, sem processos morosos em tribunal. É preciso **libertar os tribunais de processos simples** e corriqueiros como este, que é apenas um exemplo de tantos outros.

As prisões não são hotéis embora notícias como esta (Presos recusam-se a comer por causa da... Playstation, 2010) ou esta (Presos vão passar a ter encontros sexuais mensalmente, 2010) deixam qualquer um na dúvida. Por outro lado, também não devem ser unicamente depósitos de criminosos. As prisões custam dinheiro aos contribuintes e não é justo que criminosos tenham *direito* a comida, roupa, cama e banho (e pelos vistos Playstation e preservativos) enquanto os pobres de Portugal não têm nada. Ainda se cai no ridículo de um mendigo ser obrigado a cometer um crime para ir para a prisão e assim melhorar as suas condições de vida. Principalmente, as prisões devem aprisionar gente irremediavelmente perigosa mas também tentar “reeducar para reintegrar” indivíduos que apenas cometeram um deslize e ainda têm recuperação. Se isto não for feito as prisões passam a ser meras escolas do crime e os condenados saem mais violentos e “instruídos” do que quando entraram.

Ao longo das próximas propostas considere-se:

- i. Menor de idade: indivíduo com idade inferior a 18 anos;
- ii. Maior de idade: indivíduo com idade igual ou superior a 18 anos;
- iii. Reincidente: indivíduo que já tendo cometido um crime voltou a cometer um crime do mesmo tipo;
- iv. Possuir cadastro: indivíduo que já foi condenado por pelo menos um crime.

- ✓ Imigrantes com qualquer tipo de cadastro ficam proibidos de vir para Portugal. *Para vilanagem já basta a que temos, não precisamos de importar mais.*
- ✓ **Restrição da inimputabilidade.** Por mais malucos que sejam ou mais bêbados que estivessem, os crimes aconteceram e foram por eles cometidos, portanto têm de ser responsabilizados pelos mesmos. Um indivíduo só pode ser inimputável se ficar provado ou demonstrado em tribunal que esse indivíduo agiu em legítima defesa; todos os outros são imputáveis.
- ✓ **Alteração do estatuto do menor de idade.** Cada vez mais assistimos a mais jovens a cometerem despreocupadamente crimes. Já sabem que, façam o que fizerem, não poderão ser responsabilizados simplesmente porque são menores. É preciso limitar tamanha impunidade. Todos os culpados menores de idade só podem receber penas até 1 ano, no máximo. Essa pena deve ser cumprida em escolas de reeducação ou sendo acompanhados por um psicólogo em liberdade (consoante a gravidade dos crimes cometidos). Pretende-se com esta medida mostrar aos jovens que todos são responsabilizados pelos seus actos e, ao mesmo tempo, que a Sociedade lhes dá uma segunda oportunidade para se recuperarem e mostrarem que aprenderam com os erros cometidos. Se um menor de idade, durante ou depois de aplicada a pena, voltar a cometer qualquer tipo de crime, perde o estatuto de menor e passa a ser julgado daí em diante como maior de idade.
- ✓ **Todos os culpados maiores de idade são obrigados a cumprir $\frac{3}{4}$ da pena.** Só a partir desse prazo pode pensar-se em liberdade condicional, que deverá durar o restante $\frac{1}{4}$ da pena. Já chega de ver criminosos perigosos serem condenados a penas diminutas por tudo aquilo que fizeram e ainda assim serem libertos a metade da pena.
(será bom também rever os critérios para atribuição de liberdade condicional)
- ✓ Antes de um preso começar a cumprir pena, este deve ser visto por um psicólogo. Este psicólogo deverá traçar um perfil do preso e decidir se este pode ser reeducado a fim de ser reintegrado na sociedade. Se for o caso, o psicólogo deve trabalhar o preso para que este não volte a repetir os crimes pelos quais foi condenado; logo a opinião deste psicólogo conta na altura de decidir a liberdade condicional do preso. Caso contrário ou se possuir cadastro, o preso não tem direito a este psicólogo durante toda a sua pena.
- ✓ **Introdução da prisão perpétua ou por tempo indeterminado,** à semelhança de países como Suécia ou Reino Unido. Esta pena nunca poderá ser inferior a 30 anos. Esta deve ser aplicada a indivíduos cujos crimes ou cadastro são de tal ordem perigosos que não podem voltar a ser soltos. São exemplos destes crimes: homicídio (reincidência), crime passional, terrorismo, fogo posto, abuso sexual, liderança de organização criminosa, etc.

- ✓ Condenados a prisão perpétua ou reincidentes crónicos são **incentivados a trabalhar**. Por cada dia de trabalho têm direito a um dia de refeições. Têm também direito a uma folga por semana. Os restantes presos também podem candidatar-se a este trabalho; se trabalharem *sempre* durante os $\frac{3}{4}$ da pena poderão ter uma redução até $\frac{1}{8}$ da pena.

Este trabalho deve ser útil e vigiado, de preferência dentro da própria prisão. Exemplos de trabalhos: limpeza de matas; manufactura de produtos como vestuário, mobílias e ferramentas; produção de alimentos; etc. O dinheiro das vendas desse trabalho é convertido em créditos para trocarem por refeições, incentivando assim os presos a produzir bens de qualidade.

E agora?

*Um dia tudo será excelente, eis a nossa esperança;
hoje tudo corre pelo melhor, eis a nossa ilusão.*

Voltaire

Acabei de analisar as quatro áreas portuguesas mais débeis actualmente: a Sociedade, a Educação, a Economia e a Justiça. *Nós sabemos que as coisas não estão bem.* Isto faz lembrar um certo monólogo⁴ do filme *Network* de 1976, escrito por Paddy Chayefsky. O filme passa-se na grande depressão americana mas continua a ser bastante actual:

Eu não preciso de vos dizer que as coisas estão más. Toda a gente sabe que as coisas estão más. (...) Andam todos desempregados ou com medo de perder o seu emprego. (...) Os bancos estão a falir. Os rufias andam à solta pelas ruas e parece não haver ninguém por aí que saiba o que fazer connosco. (...) sentamo-nos a ver televisão enquanto os telejornais nos dizem que houve 15 homicídios e 63 crimes violentos como se as coisas devessem ser assim. (...) Sentamo-nos em casa e lentamente o mundo onde vivemos começa a encolher e dizemos “por favor, pelo menos deixem-nos descansados nas nossas casas. Deixem-me a torradeira (...) e a TV e eu não digo nada.” Bem eu não sou bom a deixar-vos sossegados. Eu quero que se agitem! (...) Quero que gritem “estou farto e não estou para aguentar mais isto!”

Este monólogo (aqui apenas um excerto) possui uma mensagem muito forte de apelo; chama-nos a reflectir e a agir... chama-nos a exercer o nosso papel de cidadão. Esta dissertação sobre Portugal pretende ter o mesmo efeito despertador. Ao longo destes quatro temas tracei o panorama geral de cada um, aponte os seus principais problemas e fragilidades e sugeri algumas soluções.

Eu não sou ninguém. Eu não tenho poder. Eu sou apenas igual a si e ambos somos portugueses e ambos conhecemos a realidade. Como tal tenho um dever, para com o país e para comigo. Tenho o dever de não deixar que afundem o país; tenho o dever de exigir aos políticos que nomeio que tomem medidas sérias, racionais e altruístas; tenho o dever e o direito de me fazer ouvir. E tal como eu também você tem esse direito e esse dever.

Estou farto dos políticos hipócritas e egoístas que colocam a saque o país; farto de ver jovens fúteis sem qualificações; farto de ver o país ir comprar ao estrangeiro produtos que os portugueses podiam fazer; farto de ver os criminosos nas ruas rirem-se de nós. Estou farto que digam que estamos na cauda da Europa e que a sociedade não tem poder para agir. «Estou farto e não aguento mais isto!» Eu exijo mudança!

Esta é a hora!

⁴ <http://www.whysanity.net/monos/network3.html>

Referências

- (s.d.). Obtido de EDUCARE.pt:
<http://www.educare.pt/educare/Actualidade.Noticia.aspx?contentid=1E598C5892406CFBE0440003BA>
- Carreira, M., & Dâmaso, E. (2009). *Portugal que futuro?* Carnaxide: Editora Objectiva.
- Catulo, K. (20 de Agosto de 2010). *Alunos são "cada vez mais fracos", avisam os docentes*. Obtido em 2010, de Jornal i: <http://www.ionline.pt/conteudo/74580-alunos-sao-cada-vez-mais-fracos-avisam-os-docentes>
- CNE. (s.d.). *CNE Resultados Eleitorais*. Obtido em 2010, de Comissão Nacional de Eleições:
<http://www.eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=27&mes=09&ano=2009&eleicao=ar>
- Correio da Manhã. (Julho/2010). *Manchetes*.
- *Crianças com menos de dois anos de idade devem assistir TV e vídeos educativos?* (4 de Março de 2009). Obtido em 2010, de isaude.net: <http://www.isaude.net/pt-BR/noticia/2059/artigo/criancas-com-menos-de-dois-anos-de-idade-devem-assistir-tv-e-videos-educativos>
- EDUCARE.pt. (23 de Outubro de 2006). *Entrevista a Nuno Crato*. Obtido em 2010, de EDUCARE.pt:
<http://www.educare.pt/educare/Actualidade.Noticia.aspx?contentid=1E598C5892406CFBE0440003BA2C8E70>
- Espada, M. H., & Alves, P. S. (2010). Onde é que o estado pode gastar menos. *Sábado*, 44-54.
- Lusa, A. (12 de Abril de 2010). Obtido em 2010, de Público:
http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/escutas-com-socrates-destruidas-esta-semana_1431819
- Lusa, A. (16 de Agosto de 2010). *Rússia: Proibição da exportação de cereais entra em vigor*. Obtido em 2010, de Expresso: <http://aeiou.expresso.pt/russia-proibicao-da-exportacao-de-cereais-entra-em-vigor=f599282>
- PORDATA. (24 de Outubro de 2010). *Condenados por mil habitantes*. Obtido em 2010, de PORDATA:
http://www.pordata.pt/azap_runtime/Main.aspx?n=26&ModelId=1&SubThemelId=57
- PORDATA. (22 de Fevereiro de 2010). *População activa: total e por nível de escolaridade completo*. Obtido em 2010, de PORDATA:

http://www.pordata.pt/azap_runtime/Main.aspx?n=26&ModelId=1&SubThemeld=7

- PORDATA. (16 de Julho de 2010). *Taxa de abandono escolar precoce*. Obtido em 2010, de PORDATA:
http://www.pordata.pt/azap_runtime/?n=26&ModelId=1&SubThemeld=45
- PORDATA. (9 de Novembro de 2010). *Taxa de eficácia nos tribunais*. Obtido em 2010, de PORDATA:
http://www.pordata.pt/azap_runtime/?n=26&ModelId=1&SubThemeld=56
- *Presos recusam-se a comer por causa da... Playstation*. (5 de Agosto de 2010). Obtido em 2010, de TVI24: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/sintra-prisao-presos-greve-de-fome-protesto-tvi24/1182586-4071.html>
- *Presos vão passar a ter encontros sexuais mensalmente*. (22 de Outubro de 2010). Obtido em 2010, de TVI24: <http://www.tvi24.iol.pt/portal-iol/tvi24-prisoos-presos-sexo-cadeia/1201586-5281.html>
- Santos, J. S. (24 de Janeiro de 2007). *Sistemas de ensino na União Europeia*. Obtido em 2010, de EDUCARE:
<http://www.educare.pt/educare/Actualidade/Noticia.aspx?contentid=9504C420B14940668C987526BE9A73B1>
- Silva, E. (1 de Agosto de 2010). *Fim dos chumbos mal recebido*. Obtido em 2010, de Diário de Notícias:
http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1631520
- Silva, I. (19 de Junho de 2010). *Exames Nacionais*. Obtido em 2010, de Público:
http://www.publico.pt/examesnacionais2010/Details/exames-nacionais_1442687
- *Taxa de desemprego*. (s.d.). Obtido em 2010, de Banco de Portugal:
<http://www.bportugal.pt/pt-PT/grafIndEconomicos/Paginas/GrafTxDesemprego.aspx>
- *Valores da abstenção nas Eleições Legislativas desde 1975*. (7 de Setembro de 2009). Obtido em 2010, de RTP: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Valores-da-abstencao-nas-Eleicoes-Legislativas-desde-1975.rtp&article=276954&layout=10&visual=3&tm=58>
- Wikipédia. (s.d.). *Definição de Embuste (ou "Hoax" em inglês)*. Obtido em 2010, de <http://en.wikipedia.org/wiki/Hoax>
- Wikipédia. (s.d.). *População Mundial*. Obtido em 2010, de Wikipédia:
http://en.wikipedia.org/wiki/World_population
- Wong, B. (5 de Junho de 2009). *CNE quer ensino obrigatório com mais qualidade*. Obtido em 2010, de Público: http://www.publico.pt/Educa%C3%A7%C3%A3o/cne-quer-ensino-obrigatorio-com-mais-qualidade_1385285